

de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo pelos fundamentos constantes dessa mesma deliberação:

5 Assistentes Técnicos — Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial — Divisão de Educação, Juventude e Ação Social do Departamento de Educação e Sociocultural, atual, Divisão de Educação, Cultura e Ação Social do Departamento de Serviços da Presidência, de Polícia Municipal e de Proteção Civil — Referência B — do aviso n.º 22769/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 222, de 18 de novembro de 2011;

2 Assistentes Técnicos (Informática) — Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo — Divisão Administrativa do Departamento de Planeamento, atual, Divisão de Desenvolvimento Económico e de Estudos e Auditoria do Departamento de Serviços da Presidência, de Polícia Municipal e de Proteção Civil — Referência A — do aviso n.º 16433/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 21 de setembro de 2009;

1 Assistente Operacional (Jardineiro) — Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado — Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos do Departamento de Obras, Ambiente e Manutenção, atual, Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos do Departamento de Urbanismo, de Obras e Ambiente — Referência H — do aviso n.º 13173/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de junho de 2011;

2 Assistente Operacional (Sapador Florestal) — Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado — Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos do Departamento de Obras, Ambiente e Manutenção, atual, Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos do Departamento de Urbanismo, de Obras e Ambiente — Referência I — do aviso n.º 13173/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de junho de 2011;

3 Assistente Operacional (Calceteiro) — Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado — Divisão de Manutenção do Departamento de Obras, Ambiente e Manutenção, atual, Serviços de Manutenção do Departamento de Urbanismo, de Obras e Ambiente — Referência L — do aviso n.º 13173/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de junho de 2011;

2 Assistente Técnico (Construção Civil) — Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado — Divisão de Projetos e Obras do Departamento de Obras, Ambiente e Manutenção, atual, Divisão de Projetos e Obras do Departamento de Urbanismo, de Obras e Ambiente — Referência B — do aviso n.º 97/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de janeiro de 2012;

1 Assistente Técnico — Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo — Divisão de Cultura e Turismo do Departamento de Educação e Sociocultural, atual, Divisão de Educação, Cultura e Ação Social do Departamento de Serviços da Presidência, de Polícia Municipal e de Proteção Civil — Referência D — do aviso n.º 23713/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 9 de dezembro de 2011.

30 de maio de 2016. — A Vereadora com competências delegadas, Dr.ª Carla Meireles.

309636217

## MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

### Aviso n.º 8180/2016

#### Alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Outras Receitas Municipais do Município de Golegã

O Eng.º Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Golegã, torna público que nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em cumprimento do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 17 de janeiro e ainda na sequência da deliberação tomada em reunião pública ordinária da Câmara Municipal realizada em 16 de maio de 2016, se encontra em consulta pública pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data de publicação no *Diário da República* do presente Aviso, a Alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Outras Receitas Municipais.

Assim, poderão os interessados consultar o citado documento na Divisão Municipal de Obras Urbanismo e Ambiente, nos dias úteis das 9:00 horas às 12:30 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas ou na página do Município em <http://www.cm-golega.pt> e apresentarem as sugestões que entenderem convenientes, devendo estas serem formuladas por escrito ao Presidente da Câmara Municipal de Golegã, para Largo D. Manuel I — 2150-128 Golegã ou por correio eletrónico para o endereço [presidencia@cm-golega.pt](mailto:presidencia@cm-golega.pt).

O presente aviso vai ser publicado no *Diário da República* e outros de igual teor vão ser afixados nos locais públicos do costume.

15 de junho de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Eng.º

309671136

## MUNICÍPIO DE LOURES

### Aviso n.º 8181/2016

#### Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para a carreira de Assistente Operacional

1 — Para efeitos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, aprovada a abertura do procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, conforme deliberação tomada na 63.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 27 de abril de 2016, torna-se público que, por despacho da Sr.ª Vereadora dos Recursos Humanos de 19 de maio de 2016, exarado na informação n.º 52/DGRH/APG/CP\_TF, de 13 de maio de 2016, proferido no uso das competências delegadas pelo Sr. Presidente da Câmara (Despacho n.º 36/2016, de 08 de janeiro), se encontra aberto procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para futura ocupação de posto(s) de trabalho da categoria de Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional, afeto(s) ao Departamento de Obras Municipais — Divisão de Equipamentos Coletivos, para exercício de funções na área profissional de estofador.

2 — Nos termos do previsto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento na Câmara Municipal de Loures para os postos de trabalho em causa e, a Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), em 15 de abril de 2016, declarou a inexistência em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado, dado ainda não ter decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento.

3 — De acordo com as soluções interpretativas uniformes da Direção-Geral da Administração Local, homologadas pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, “as autarquias locais não têm que consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”.

4 — O local de trabalho é na área do Município de Loures.

5 — Caracterização do posto de trabalho, conforme o mapa de pessoal: Atribuição, competência ou atividade — As previstas nos artigos 6.º e 8.º do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Loures, complementado pelas seguintes funções: executar bainhas e colocar ilhoses em telas e outros materiais para fins diversos; colocar saias em palcos, alcatifar palcos e outros pavimentos, forrar degraus, painéis, biombos e mesas, bem como cortar tecidos, alcatifas e telas para os diversos fins; realizar trabalhos em altura para que proceda à suspensão de telas em diversos palcos e colocação de toldos em palcos de rua; montar e desmontar materiais em diversos espaços (pavilhões, ginásios, estruturas de representação municipal e stands) para dar resposta a iniciativas municipais; assumir a responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo à manutenção dos mesmos sempre que necessários.

6 — Legislação aplicável, na atual redação: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

7 — Posição remuneratória: De acordo com o artigo 38.º da LTFP e artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, mantido em vigor pelo artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março. A posição remuneratória de referência é a 1.ª posição da categoria de Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional — Nível 1 da tabela remuneratória única, a que corresponde, nos termos da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro, o montante pecuniário de 530€ (quinhentos e trinta euros);

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Os requisitos gerais constantes do artigo 17.º da LTFP:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.